

EUROPA



Edite Estrela*

Editorial

Tratado constitucional

É inevitável: nos últimos tempos, todas as conversas vão dar ao referendo da Constituição europeia. A eventual vitória do “não” em França (e, logo a seguir, na Holanda?) será um rude golpe no sonho de uma grande Europa unida na diversidade. Sem a França fundadora, a União Europeia não será a mesma, mas o processo de ratificação - pela via referendária ou pela via parlamentar - deverá continuar. Na maior parte dos vinte cinco países, a ratificação é da exclusiva responsabilidade dos parlamentos. Em cinco - Espanha, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Inglaterra - a ratificação é feita pelos respectivos parlamentos e por consulta popular. Nos restantes cinco - Dinamarca, França, Polónia, Portugal e República Checa - estão previstos referendos.

Não há tratados perfeitos. Este Tratado europeu, como todos os outros que o antecederam, designadamente, o Tratado de Nice (2000), tem aspectos muito positivos e outros menos. O modelo social europeu - tão caro aos socialistas - é afirmado e defendido. Lá está claramente expresso o objectivo de pleno emprego e de coesão social. E também a luta contra a exclusão e todas as formas de discriminação, assim como a garantia dos serviços públicos e a participação dos parceiros sociais. E, muito importante, inclui a Carta dos Direitos Fundamentais.

Não é o ideal, mas foi debatido, como nenhum outro, a todos os níveis. E representa um considerável reforço da Europa perante a arrogância dos todo-poderosos Estados Unidos e a força emergente da China e da Índia. O Mundo bem precisa de uma Europa politicamente mais forte e coesa. E de um modelo diferente de desenvolvimento, que não se confunda com o modelo americano ou com o chinês. Em qualquer referendo, o voto é condicionado por múltiplos factores. Lamentavelmente, no caso do referendo europeu, tudo leva a crer que o (des)contentamento com o governo pode ditar o resultado. O “sim” ganhou em Espanha e o “não” é maioritário na esquerda francesa.

* Presidente da Delegação do PS no Parlamento Europeu

SOCIALISTAS MOBILIZAM-SE PARA APOIAR A FRANÇA NO REFERENDO EUROPEU

Diversas personalidades da área socialista europeia, entre as quais alguns deputados portugueses, estão a mobilizar-se para fazer campanha em França pelo “sim” no referendo ao Tratado Constitucional, cujas opiniões positivas têm vindo a aumentar, apesar da percentagem não ser ainda suficiente para ultrapassar aqueles que afirmam que votarão contra naquela consulta popular que se realizará já em 29 de Maio.

Um pouco por toda a França as estruturas do PS francês, liderado por François Hollande, com um forte apoio dos deputados ao Parlamento Europeu, têm feito esforços que parecem estar a dar alguns resultados, embora as sondagens continuem a demonstrar que ainda estão longe de tranquilizar a Europa.

Uma das iniciativas de grande impacto, organizada conjuntamente pelo Partido dos Socialistas Europeus e pelo PS francês, terá lugar no próximo dia 18, e levará a Paris algumas dezenas de dirigentes socialistas.

Tendo por base a consideração de que “o impacto do “não” em França sobre o futuro da União Europeia será enorme, mesmo desastroso”, os socialistas europeus cerram fileiras para, num “acontecimento público histórico”, procurarem “inverter a tendência na campanha e trabalhar para um “sim” categórico e claro à Constituição”. Com o mesmo propósito, realizou-se em Paris, no dia 3, uma reunião alargada do *bureau* do Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus.

Também o chanceler alemão Gerhard Schroeder esteve em França na semana passada para defender o “sim” à Constituição europeia, que considerou fundamental para que a Europa possa fazer-se ouvir internacionalmente. Numa conferência de imprensa conjunta com o presidente Jacques Chirac, Schroeder afirmou, depois de percorrer a história europeia após a Segunda Guerra Mundial, que o que está em jogo no referendo de dia 29 é a ideia de uma Europa unida como resposta aos horrores do fascismo. Por outro lado, também os deputados Edite Estrela, Jamila Madeira, Fausto Correia e Elisa Ferreira deram já o seu contributo, na campanha pelo “sim” no referendo ao Tratado Constitucional.

A presidente da delegação socialista portuguesa Edite Estrela, participou no passado dia 2 de Maio, em Paris, numa iniciativa de apoio ao “sim” à Constituição europeia.

No debate em que participou Jamila Madeira, a iniciativa inseriu-se na campanha “Um ‘sim’ inteligente à Constituição”, através da qual se pretendeu sensibilizar os eleitores franceses para a importância



da nova Constituição da União Europeia e dos aspectos positivos que contém.

Na sua deslocação a Paris, Jamila Madeira foi acompanhada por deputados socialistas de vários países e até de outros grupos políticos. Também na semana passada, o deputado Fausto Correia subscreveu o documento “Partager le ‘oui’ avec les européens”, uma iniciativa da organização “Confrontations Europe”, que visa apoiar o “sim” no referendo francês ao Tratado Constitucional.

O referido documento sublinha que a futura Constituição europeia “é um passo em frente no sentido do enriquecimento da identidade e da comunidade dos povos europeus”.

Elisa Ferreira participou, a convite de uma deputada socialista, num comício em Montluçon, que teve a presença de perto de 500 pessoas e que foi encerrado pelo primeiro-secretário do PS francês, François Hollande.

DIRECTIVA BOLKESTEIN DISCUTIDA EM LISBOA

“A Directiva Serviços e a Concretização do Mercado Interno: Desenvolvimento da Economia e Modelo Social Europeu”, é o tema central de uma conferência que se realizará por iniciativa do deputado Joel Hasse Ferreira, membro da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu. A conferência decorrerá em Lisboa, no dia 17 de Maio.

A denominada “Directiva Bolkestein” tornou-se matéria de controvérsia política na maior parte dos Estados-membros, levantando uma série de preocupações quanto a temas como a abertura dos mercados e a preservação do modelo social europeu. Questões como a aplicação do princípio de origem, o problema da

harmonização dos quadros legais em matéria económica e social e a garantia da preservação da qualidade dos serviços de interesse geral, encontram-se entre as questões que estarão em discussão e para cujo evento foram convidados dirigentes de organizações sindicais e empresariais.

A sessão será aberta com uma intervenção da vice-presidente da Confederação Europeia dos Sindicatos, Helena André, seguindo-se o secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva e de João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. Foram igualmente convidados deputados europeus de outros partidos.

A Europa vista de Portugal

Os alargamentos e o futuro da União

No passado dia 25 de Abril em que se celebrou em Portugal o aniversário da Revolução dos Cravos e na Itália a data da libertação do jugo fascista no final da II Guerra Mundial, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 25 Estados-Membros assinaram, no Luxemburgo, os tratados de adesão da Roménia e da Bulgária à União Europeia, consolidando assim o 5º alargamento da sua história, que se tornará efectivo no dia 1 de Janeiro de 2007.



António Vitorino *

Ao mesmo tempo, a imprensa internacional dava conta de sondagens de opinião pública que indicavam a vitória do "não" nos referendos populares convocados para ratificação do Tratado Constitucional europeu, tanto em França como na Holanda.

Estes factos sublinham o que provavelmente representa o maior paradoxo da vida europeia neste momento: enquanto os países que recentemente aderiram celebram com júbilo a entrada na União, especialmente os 10 Estados da Europa Central e do Leste que aderiram a 1 de Maio do ano passado, em alguns dos países fundadores parece crescer um sentimento de desafeição ou de profunda dúvida sobre o futuro do projecto europeu.

Este "mau estar" europeu por vezes confunde-se com motivações puramente nacionais, atinentes à vida política interna, que podem condicionar o sentido do voto dos cidadãos nos referendos. Com efeito, analisando os inquéritos de opinião em França, verificamos que a maioria dos motivos invocados pelos eleitores para rejeitarem o Tratado Constitucional não têm a ver com o seu conteúdo propriamente dito. Questões como a possível adesão, a prazo, da Turquia, a proposta de directiva de liberalização dos serviços ou a crescente insegurança face à sustentabilidade do modelo social europeu, para citar apenas as que têm conexão com a agenda europeia, não se jogam no destino do Tratado Constitucional, embora sejam frequentemente citadas como fundamentando o "não" nos aludidos referendos. O que é curioso é que tais questões continuariam a poder seguir o seu curso e produzir os seus efeitos mesmo que o Tratado fosse rejeitado e até bem se poderia dizer que alguns dos potenciais efeitos negativos que elas suscitam serão mais prementes sem Tratado Constitucional do que com ele em vigor.

Por muito que o sentido dos referendos seja determinado pela impopularidade dos governos nacionais ou por questões da agenda internacional que não dependem do desfecho das consultas populares sobre o Tratado Constitucional, convém, contudo, que não nos iludamos: o caminho que fazem os defensores do "não" só é possível porque existe de facto um sentimento crescente de desilusão e de desmotivação com o projecto europeu. E são várias as razões que explicam esse sentimento. Por isso há que identificar as principais e responder-lhes em nome do futuro do projecto europeu, demonstrando, em cada caso, em que medida é que o próprio Tratado Constitucional pode contribuir para superar essas causas de "desinvestimento" na União Europeia.

Entre estas razões contam-se os próprios alargamentos recentes da União Europeia, os quais são encarados, em vários quadrantes, mais como uma ameaça à sustentabilidade do projecto europeu do que como uma oportunidade acrescida para o futuro da União. Sem embargo, estas dificuldades acrescidas não podem sobrelevar das vantagens que decorrem dos alargamentos: a consolidação da paz no continente europeu, a adopção de democracias pluralistas consolidadas (e nós próprios sabemos como esse aspecto foi determinante na nossa própria adesão às então Comunidades Europeias), a criação do maior bloco económico à escala mundial, potenciando assim a capacidade europeia de contribuir para a regulação da globalização, o impacto positivo no crescimento económico de um grande mercado interno que em 2007 atingirá cerca de 500 milhões de pessoas.

Portugal sempre sublinhou estas potencialidades dos alargamentos e, embora soubesse que eles representariam uma pressão acrescida, no plano financeiro, sobre os nossos próprios interesses, sempre se manifestou favorável à entrada dos novos Estados-membros. Tal postura coerente e firme constitui o melhor alicerce moral para defendermos os nossos interesses legítimos nas negociações a 25 ou a 27, em especial a necessidade e as razões de justiça que continuam a justificar que as regiões menos desenvolvidas dos países menos prósperos dos antigos 15 continuem a beneficiar de apoios significativos que propiciem o seu desenvolvimento futuro.

E para reforçar essas aspirações devemos dar o exemplo de empenhamento no projecto europeu aprovando o Tratado Constitucional no referendo que para o efeito será convocado neste Outono.

* Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus da A.R.

EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DE CORAIS E FUNDOS MARINHOS

Proibir o arrasto de fundo em águas internacionais e rever a política europeia de imposição da liberalização da pesca com artes destrutivas como as redes de emalhar de fundo, foram os assuntos que estiveram no cento das discussões de um seminário internacional promovido pelo deputado Paulo Casaca no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Realizado em conjunto com a "Coligação para a Conservação dos Habitats Marinhos de Profundidade", da qual fazem parte mais de trinta organizações de defesa do ambiente marinho, como a Greenpeace, Oceana, Seas at Risk, World Wide Fund e a Bird Life, o seminário acolheu oradores como Alex Rogers, investigador no Controlo Britânico do Antártico, Elliot Norse, presidente do Instituto de Conservação de Biologia Marinha dos Estados Unidos e Ricardo Serrão Santos, director do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

De acordo com Ricardo Serrão, "o arrasto de fundo é o equivalente a passar com um *bulldozer* para trás e para a frente em cima do coral até que fique pulverizado". Segundo afirmou, os recifes de coral têm milhares de anos e demoram milhares de anos a recuperar. "Quando o coral morre, tudo o que depende dele morre também. Esta é a arte de pesca mais destrutiva que existe", afirmou. Na abertura do seminário, Paulo Casaca considerou ser urgente rever a política europeia de imposição da liberalização da pesca e de artes destrutivas. Na sua qualidade de relator da Comissão de Pescas para as próximas Perspectivas Financeiras após 2007 e de membro da Comissão dos Orçamentos, Paulo Casaca tem chamado insistentemente a atenção para a necessidade de reforçar os meios destinados ao financiamento da Rede Natura 2000 nos oceanos, bem como as verbas para o controlo e para a investigação científica e marinha.

POLÍTICA EXTERNA DEVE ALICERSAR-SE NA NOÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA

Para que a União Europeia possa ser eficaz e coerente, as políticas externas e de segurança e de defesa têm de colocar os cidadãos no seu centro, promovendo os direitos humanos, o direito internacional humanitário e o multilateralismo nas relações internacionais, isto é, têm de alicerçar-se no conceito de "segurança humana", disse a deputada Ana Gomes durante o debate, no plenário de Estrasburgo, do relatório Khune, sobre política Externa e de Segurança Comum. Para a deputada, isto é tanto mais relevante quanto a proliferação de armas de destruição maciça e a luta contra o terrorismo terão de continuar a ser as preocupações prioritárias da Europa em matéria de segurança. "Temos de integrar – disse – estas preocupações em todas as dimensões das relações externas, designadamente na nova política de vizinhança e é preciso, nesta perspectiva, que a União Europeia tenha assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas".

Por outro lado, defendeu também que a União Europeia assegure uma estreita concertação do plano de acção de combate ao terrorismo com as suas próprias políticas externa e de segurança e defesa, num esforço integrado com a estratégia global de combate ao terrorismo, recentemente enunciada por Kofi Anan.

Ana Gomes considerou ainda que para uma política de segurança e de defesa que se traduza em mais independência estratégica da Europa, com mais capacidades e maior integração dos meios de defesa, e um verdadeiro mercado interno, é necessário que a Agência Europeia de Defesa "informe os debates sobre políticas de aquisição, desenvolvimento e investigação de equipamentos". Segundo referiu, cabe agora aos governos dos Estados-membros dar condições de funcionamento a esta nova agência e as próximas perspectivas financeiras devem demonstrar o empenhamento dos nossos governos no sucesso da estratégia europeia de segurança.

OPINIÃO

A PAC DE NOVO NO CENTRO DO DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

O Luxemburgo definiu como objectivo central da sua presidência o fecho do acordo sobre as perspectivas financeiras da U.E. para o período 2007/13. Não admira por isso que, à medida que se vai aproximando do fim do semestre luxemburguês, e se vá vislumbrando a cada vez mais difícil de atingir meta de Jean Claude Juncker, o assunto vá preenchendo progressivamente a agenda política do Parlamento Europeu. Como sempre sucede quando se discutem as finanças comunitárias, a PAC (Política Agrícola Comum) surge como questão central incontornável.

O Conselho Europeu de Bruxelas de Outubro de 2002 selou um compromisso relativamente ao financiamento da PAC até 2013. Na prática, os Chefes de Estado e de Governo dos então Quinze, acordaram no "congelamento", até 2013, do orçamento agrícola nos valores de 2006, o que, desde logo, com o alargamento entretanto consumado em 2004 e o que se prevê para 2007, deixou antever as dificuldades da cobertura financeira da PAC.

De acordo com o compromisso de 2002, a PAC, que já representou no passado cerca de 50% do orçamento da União com 15 ou menos Estados-Membros, evoluirá de uma previsão de 45% em 2006 para 35% em 2013, com 27 ou mais países.

O relator do P.E. sobre o tema, um alemão, perante a manifesta insuficiência do orçamento agrícola para satisfazer os compromissos assumidos, optou pelo caminho mais fácil, isto é, pôr os Estados-Membros a co-financiar as despesas do 1º pilar da PAC até agora integralmente suportadas pelo orçamento comunitário. No caso português, mesmo sendo o país, dos "15", cujos agricultores menos recebem "per capita" e que em termos absolutos só tem atrás de si o Luxemburgo, este "pilar" representa mais de 500 milhões de euros de transferências por ano.

A prevalecer esta posição, Portugal, mesmo tendo em conta a concomitante redução da sua contribuição para o orçamento comunitário, será fortemente penalizado uma vez que será forçado a inscrever no seu orçamento anual a percentagem de co-financiamento que vier a ser determinada, em qualquer caso, sempre na ordem de muitos milhões de euros.

Os socialistas portugueses no P.E. estão por isso frontalmente contra qualquer proposta que vise a "renacionalização" da PAC. A proposta do co-financiamento da PAC é tanto mais absurda quanto existem soluções alternativas no seu próprio quadro. Basta que exista coragem para as aplicar. Refiro-me, como aliás sempre tenho defendido, ao estabelecimento de tectos máximos de ajudas para os maiores beneficiários, como aliás o faz, nos EUA, a Administração Bush que acaba de fixar esses limites em 250 000 dólares e, ou, introduzir degressões progressivas nos escalões mais elevados dos beneficiários das ajudas directas.

Porém, no P.E., incluindo inexplicavelmente alguns socialistas, tal posição parece justificar mais temor do que a peste na Idade Média. A ver vamos se o compromisso final sobre as perspectivas financeiras vai finalmente introduzir alguma justiça na mais comunitária, e também mais injusta das políticas comuns, ou se, uma vez mais, vão prevalecer os interesses do poderoso lobby agrícola europeu em prejuízo dos Estados-Membros mais vulneráveis.

* Membro da Comissão de Agricultura do P.E.



Capoulas Santos *

DEPUTADOS CONTRA REDUÇÃO DAS VERBAS DESTINADAS AOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Rejeitar qualquer possibilidade de redução das verbas destinadas aos fundos estruturais e à investigação e defender a necessidade de um compromisso claro do Parlamento Europeu a favor da coesão económica e social e da Estratégia de Lisboa, são alguns dos aspectos defendidos pela delegação socialista portuguesa, assumidos numa carta assinada pela sua presidente, Edite Estrela, dirigida ao presidente do Grupo Socialista Europeu, Martin Schultz. Num momento em que decorre no Parlamento europeu a discussão sobre o futuro do quadro financeiro da União Europeia para o período 2007-2013, os socialistas portugueses apresentaram os pontos que consideram prioritários e que serão determinantes no que se refere às políticas de desenvolvimento que durante esse período serão implementadas em Portugal com os fundos comunitários.

Esta carta assume uma importância tanto maior quanto a atenção da União Europeia está agora mais voltada para os novos membros da Europa Central e de Leste, que têm necessidades de desenvolvimento muito maiores que Portugal e quando se prevê que cerca de metade do orçamento previsto dos fundos estruturais lhes seja destinado.

Na carta enviada pela delegação portuguesa, os deputados sublinham que "o Parlamento Europeu não pode abdicar, de forma alguma, dos seus compromissos em relação à defesa das políticas de coesão e da Agenda de Lisboa". Nesse sentido, os deputados afirmam que o Relatório sobre as Perspectivas Financeiras actualmente em debate na Comissão Parlamentar Temporária criada para o efeito, necessita de algumas correções, de forma a que nenhuma possibilidade seja deixada em aberto em relação às ameaças que se colocam aos instrumentos de coesão e a áreas



como a investigação científica e tecnológica.

Os socialistas portugueses defendem também a existência de um paralelismo, no futuro, entre os períodos de programação financeira da União Europeia e os mandatos da Comissão e do Parlamento, devendo este, em consonância com esta proposta, assumir a clara defesa do quadro 2007-2013 quanto às próximas Perspectivas Financeiras.

A delegação portuguesa defende também que seja garantida a manutenção das verbas destinadas ao desenvolvimento rural durante todo o período de 2007-2013.

Para a delegação socialista portuguesa é igualmente fundamental que sejam criadas condições para que haja uma decisão sobre as Perspectivas Financeiras já no próximo Conselho Europeu de Junho.

Visto de Bruxelas

Impressões sobre um referendo



ELISA FERREIRA*

O debate sobre o referendo da Constituição Europeia em França parece ter saído – espera-se que temporariamente apenas –, fora do controle das principais forças políticas que, à partida, o consideravam ganho (para o sim).

O tema requer algum tempo e distância para poder ser analisado nas suas diversas vertentes. Neste momento, a sensação é de uma grande inquietação e de um "toca a reunir", mais sincero pela parte de alguns protagonistas do que por outros, tentando inverter a progressão do "NÃO" na sociedade

francesa. Neste esforço, alguns deputados portugueses socialistas foram chamados a intervir na campanha francesa e há impressões dessa experiência que talvez interesse partilhar. Uma das primeiras constatações é a confirmação dos riscos enormes da abertura de processos referendários, sobretudo quando os temas são complexos e a democracia representativa funciona normalmente. Tal como no caso dos referendos sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez e a Regionalização em Portugal, também em França o espaço de mediatização aberto pelo referendo foi aproveitado por protagonistas dos vários partidos, em função de ambições e estratégias pessoais. Abertas brechas em torno do "SIM", mais do que o conteúdo do texto a referendar, cristalizam-se no referendo todas as desilusões e receios nacionais. O desemprego e a deslocalização contínua de empresas, a agressividade das exportações chinesas, a entrada de trabalhadores dos novos países membros no mercado francês, os riscos do aumento de concorrência interna no sector dos serviços (a famosa Directiva Bolkestein), o desencanto com a qualidade da governação, a desilusão com os políticos em geral, naturalmente não decorrem da Constituição Europeia (visto que ocorrem antes da sua aprovação). São estes e outros temas do mesmo tipo que preenchem o debate e estimulam o "NÃO".

Dito isto, há duas constatações que não podem deixar de ser feitas: Em primeiro lugar, recorde-se que o projecto de Constituição é sobretudo de natureza política com a sua carta dos direitos fundamentais, a busca de coerência na presença da Europa na cena internacional, a "europeização" das políticas de segurança e justiça, etc. No entanto, de tanto ter apostado nas componentes económicas, o projecto europeu tende a ser visto e, sobretudo avaliado, pelos seus cidadãos como um mero projecto de partilha de mercados, livre concorrência, moeda única e pouco mais. Não é por acaso que é junto das gerações para quem a última guerra não passa de uma referência nos livros de história, que o cepticismo em relação ao projecto da Constituição é maior. Talvez para nós, portugueses, a memória do papel da Europa - e da França em particular - , como espaço de liberdade para tantos perseguidos políticos e concidadãos em busca de uma oportunidade de vida, esteja mais fresca. Talvez também a solidez política e económica que adquirimos ao integrar o espaço Europeu e o apoio que persistentemente recebemos há mais de trinta anos tornem evidente que foram (e são) as razões políticas e não as económicas que justificam a nossa presença no espaço integrado; Em segundo lugar, e dito o que acima ficou registado, reconhecemos que o modelo económico e social europeu que dá robustez ao modelo político europeu tem tido consideráveis dificuldades em afirmar a sua identidade própria no quadro da globalização crescentemente agressiva e exigente.

A análise deste tema não cabe nas presentes notas mas é talvez nele que reside a questão mais central a exigir resposta urgente das muitas estimuladas pela aparente "desilusão europeia" que, haverá que reconhecê-lo, está indiscutivelmente presente no actual debate francês.

* Membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do P.E.

EDITE ESTRELA E CAPOULAS SANTOS NA GUATEMALA E EM MALTA

Os eurodeputados Edite Estrela e Capoulas Santos integraram duas missões oficiais do Parlamento Europeu que se deslocaram na semana passada ao Panamá e Guatemala e a Malta, respectivamente. As delegações que os deputados integravam encontraram-se com os mais altos responsáveis políticos dos referidos países, com membros do corpo diplomático da União Europeia e ainda com diversas Organizações Não Governamentais.

Na Guatemala, a delegação do Parlamento Europeu, da qual fez parte a deputada Edite Estrela, membro da delegação Interparlamentar para as Relações com os Países da América Central, encontrou-se com o vice-presidente da República, Eduardo Stein, antes de iniciarem uma ronda de encontros com representantes de organismos oficiais e de associações da sociedade civil, com quem discutiram questões relacionadas com o direito à terra e o desenvolvimento rural e a situação das mulheres. De referir que, entre os diversos encontros, a delegação teve também um encontro com a Nobel da Paz em 1992, Rigoberta Menchú,



Primeiro-ministro de Malta e o deputado Capoulas Santos

actualmente à frente de uma Fundação com o seu nome.

Também no Panamá, a delegação encontrou-se com altas figuras do Estado e com diversas Organizações Não Governamentais.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão do Mercado Interno

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

Consagrar a dupla insularidade

O parecer do deputado Francisco Assis sobre o novo regulamento que enquadra as ajudas comunitárias à agricultura das regiões ultraperiféricas foi aprovado por unanimidade na Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu. Uma das grandes novidades propostas pelo deputado para aquele domínio é a noção de dupla insularidade, que deve passar a ser tida em consideração no quadro dos apoios da União Europeia. "A fim de assegurar uma aplicação equilibrada das ajudas europeias, é necessário adaptá-las à situação específica das diferentes ilhas e comunidades rurais; quanto mais pequenos e mais afastadas forem, mais elevados serão os custos dos factores de produção agrícolas e mais baixos serão os preços obtidos pelos agricultores para os seus produtos; esta dupla insularidade deve ser tida em conta", afirma o deputado.

Ana Gomes e Jardim Fernandes no Mali

Os deputados Ana Gomes e Emanuel Jardim Fernandes participaram na 9ª sessão da Assembleia Parlamentar ACP-EU, que decorreu em Bamako, capital do Mali. Os principais temas debatidos na reunião foram os progressos na promoção da educação universal e da igualdade dos géneros nos países ACP, o Fundo Europeu para o Desenvolvimento e a situação no Sudão. A deputada aproveitou a ocasião para apelar a um maior apoio da União Europeia a Angola para o combate ao vírus de Marburg, "por estar em causa a saúde e a segurança não só dos angolanos, mas também dos africanos e da própria população europeia e mundial". Ana Gomes defendeu ainda a recusa da venda de armas ao Governo do Sudão e aos rebeldes do país, um maior envolvimento no programa mundial de erradicação da malária e um forte empenho europeu no apoio às iniciativas que visem apelar ao fim da mutilação genital feminina.

Plano para serviços financeiros

O Plano de Acção para os Serviços Financeiros constitui um grande êxito, pois encontram-se legisladas 39 das 42 medidas adoptadas, embora seja ainda prematuro emitir um juízo definitivo, porque muitas delas ainda se encontram em execução, afirmou o deputado Manuel dos Santos na última sessão plenária de Bruxelas. Na sua opinião, o esforço que neste momento deve ser feito é o de levar a que as necessárias medidas de execução sejam transpostas para o direito nacional e, sobretudo, que o seu funcionamento seja controlado de forma transparente e eficaz. O deputado apela também aos Estados-membros para que transponham rapidamente e com plena eficácia a Directiva sobre as Instituições de Reforma Profissional, o que permitirá aumentar as possibilidades e alternativas de investimento dos aforradores e oferecer-lhes um rendimento máximo para os seus investimentos.

Na Europa com os portugueses

No âmbito da iniciativa "Na Europa com os portugueses", os deputados Elisa Ferreira e Manuel dos Santos reuniram com várias entidades do distrito de Viseu. Os deputados reuniram com representantes da Associação Industrial de Viseu e com a Associação Comercial do Distrito. Tiveram também encontros com outras entidades e com as estruturas locais do PS. Estes encontros, que se realizam periodicamente, têm por objectivo discutir e trocar informações sobre questões de actualidade europeia e sobre problemas que afectam cada uma das regiões onde os deputados se deslocam.

Semana do ananás

O eurodeputado Paulo Casaca promoveu, em Bruxelas, a "Semana do Ananás de S. Miguel". A iniciativa decorreu entre os dias 19 e 21 de Abril e contou com uma exposição de fotografia nas instalações do Parlamento Europeu e um jantar confeccionado com produtos regionais açorianos. O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, Noé dos Santos, esteve no evento em representação do Governo Regional dos Açores. Posteriormente, no passado dia 30, Paulo Casaca esteve nos Açores, na Fajã de Baixo, onde reuniu com diversas organizações ligadas à produção e comercialização do ananás, para discutir questões relacionadas com o sector.

Apelo ao primeiro-ministro turco

O deputado Fausto Correia dirigiu um apelo ao Primeiro-ministro turco, Recyp Erdogan, para a libertação de Muyeser Gunes (protagonista do movimento de paz na Turquia) e de outras 26 pessoas detidas na sequência de uma manifestação pacífica de protesto contra a ocupação militar turca no Curdistão. O deputado considerou esta vaga de prisões "uma grave violação dos Direitos Humanos e um claro entrave no caminho de aproximação da Turquia à União Europeia".

PARLAMENTO QUER ASSEGURAR FUTURO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EUROPEIA



O futuro comercial da indústria têxtil e vestuário foi o tema central de uma audição pública que decorreu em Bruxelas, com a presença de representantes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, dos sindicatos e da indústria e de países como a Tunísia e a China. Papel de destaque tiveram os relatores do Parlamento Europeu para este tema, designadamente Tokia Saifi e o relator sombra, o deputado Francisco Assis, membro da Comissão do Comércio Internacional.

Os deputados consideraram que a estratégia mais adequada para enfrentar a liberalização do comércio têxtil mundial, de forma a assegurar o futuro do sector, passa pela concentração dos produtores europeus nas vantagens concorrenciais dos seus produtos através da construção efectiva de uma zona paneuropeia de comércio livre, de que a Tunísia seria um dos grandes parceiros. Para a autora do relatório sobre o futuro da indústria têxtil e vestuário, a União Europeia e os Estados-membros devem garantir a existência de um mercado equilibrado, são e leal, essencialmente baseado em três vertentes. A primeira refere-se à necessidade de um melhor acesso aos mercados dos países terceiros para a indústria e comércio europeus; a segunda, a criação de condições de mercado equitativas, ou seja, combatendo as práticas desleais que prejudicam os têxteis europeus; a terceira, a defesa dos direitos de propriedade intelectual.

O problema das exportações chinesas esteve bastante presente durante toda a audição, designadamente devido ao brutal aumento da entrada de produtos oriundos daquele país desde 1 de Janeiro passado, que se cifra na ordem dos 49 por cento, segundo dados do Euratex. Neste sentido, os deputados defenderam a possibilidade

de implementar rapidamente instrumentos de defesa de regulação comercial, tendo por isso pedido à Comissão para dar respostas concretas às preocupações dos industriais europeus. Neste contexto, o responsável da Direcção-Geral do Comércio da Comissão Europeia, Paul Vandoren, referiu que a Comissão Europeia está em consultas informais com a China para que tome medidas que travem as exportações de têxteis chineses. A Comissão considera que as medidas até agora tomadas pelas autoridades de Pequim são insuficientes. "Aquando da visita do comissário Peter Mendelson à China, o ministro chinês Bo Xilai prometeu tomar medidas substanciais. Isso não se verificou. Se a China não agir rapidamente, a Comissão agirá", garantiu Paul Vandoren.

De referir que a China tem no sector têxtil cerca de 19 milhões de postos de trabalho directos e cerca de 100 milhões indirectos. Por sua vez, os sindicatos defenderam que a Comissão deve agir com toda a celeridade e firmeza face ao aumento das exportações têxteis da China, porque "é inaceitável que só em 2004 o têxtil europeu tenha perdido 165 mil postos de trabalho".

De referir, por fim, que o ministro português da Economia, Manuel Pinho, revelou que um conjunto de 13 países liderados pela França, Itália e Portugal, enviaram à Comissão Europeia uma carta em que apelam a uma acção rápida no sentido de reduzir as importações têxteis chinesas para os países da União Europeia. Os países subscritores daquele documento apresentaram à Comissão uma lista de acções rápidas propondo o alargamento de nove para 22 da lista de produtos que sofrem o maior impacto com a entrada dos têxteis de países terceiros, de forma a permitir um crescimento do comércio mundial ordenado e em benefício de todos.

DEPUTADOS DAS ULTRAPERIFÉRIAS REUNIRAM COM PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

Primeiro com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e uma semana depois com a comissária responsável pela política regional, Danuta Hubner, o deputado Emanuel Jardim Fernandes promoveu reuniões entre o Grupo de Deputados das Regiões Ultraperiféricas, que coordena, e aqueles responsáveis para discutir as políticas para as regiões insulares.

Na reunião de trabalho com Durão Barroso, em que também participou o deputado Paulo Casaca, o objectivo do encontro foi solicitar um maior envolvimento e cooperação do presidente da Comissão Europeia para o tratamento das questões relacionadas com as regiões

ultraperiféricas (RUP). Em análise esteve, designadamente, a estratégia para o desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Europeia na sua comunicação "Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas", as medidas específicas no domínio da agricultura a favor das RUP, a alteração do actual regime de importação de bananas da União Europeia e os Serviços de Interesse Geral.

Por outro lado, na reunião com a comissária Danuta Hubner, além daquelas matérias foi também abordada a questão das negociações em curso sobre as Perspectivas Financeiras para o período 2007-2013.